

09/08/2021

APEOESP

102

Acesse: www.apeoesp.org.br
imprensa@apeoesp.org.br

Informa Urgente

SINDICATO DOS PROFESSORES DO ENSINO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Filiado à **CITE** e **CUT**

**DORIA
PAGOU PARA
VER. VERÁ!**

**O PLC 26 NÃO
PASSARÁ!**

*No dia 18/8, todos à Praça da República –
contra a PEC 32, o PLC 26 e em defesa dos
servidores e dos serviços públicos*

Secretaria de Comunicação

Em audiência pública emergencial organizada pelo mandato parlamentar da deputada estadual Professora Bebel, também presidenta da APEOESP, dezenas de entidades dos servidores públicos estaduais, além de professores e demais servidores, totalizando mais de 500 participantes em diferentes links, debateram o Projeto de Lei Complementar 26/2021, que ataca direitos do funcionalismo público, conforme detalhamos no boletim Informa Urgente nº 101, disponível no link: <http://www.apeoesp.org.br/publicacoes/apeoesp-urgente/n-101-doria-embute-ataques-aos-servidores-no-plc-26-2021/>.

BolsoDoria em ação para destruir os serviços públicos

Com esse projeto, Doria demonstra que aplica no estado de São Paulo a mesma política do presidente Jair Bolsonaro, que pressiona o Congresso Nacional pela aprovação da PEC 32, a famigerada reforma administrativa, que acaba com a estabilidade, com os concursos públicos e com os direitos dos servidores públicos em nível nacional. Na realidade, ele antecipa no nosso estado a reforma administrativa de Bolsonaro.

O que está em curso é a verdadeira destruição dos serviços públicos no estado de São Paulo e no Brasil, porque retirar direitos dos servidores significa enfraquecer uma categoria que se dedica a atender a população – sobretudo a população mais pobre – em suas necessidades básicas, como saúde, educação, transporte, moradia, assistência social, justiça etc. Ao enfraquecer o serviço público, Doria, assim como Bolsonaro, quer abrir caminho para mais terceirizações e privatizações no âmbito do Estado.

Presente à audiência pública, por meio do professor Roberto Franklin de Leão, ex-presidente e atual secretário de Relações Internacionais, a CNTE está empenhada em organizar um movimento nacional contra a reforma administrativa de Bolsonaro.

■ O PLC 26, entre outros pontos:

- ➔ Reduz em 10% o salário dos servidores contratados por tempo determinado (categoria O, no caso dos professores)

- ➔ Permite a contratação de servidores temporários para substituir grevistas, em caso de greves “longas”, o que confronta um direito fundamental de todo e qualquer trabalhador na luta pelos seus direitos
- ➔ Poderá instituir avaliação de desempenho para servidores contratados temporariamente, ou seja, mantém a sua contratação precária, mas os coloca em permanente pressão com ameaças de desligamento
- ➔ Dá preferência à compensação de horas ao invés do pagamento de serviço extraordinário, quando o servidor trabalha mais do que a sua jornada, ou seja, o servidor poderá ser forçado a trabalhar mais do que sua jornada, ficando essa compensação de horas na dependência da Administração
- ➔ Revoga o auxílio esposa
- ➔ Obriga a inspeção médica em todos os casos de licença médica, incluindo as de curta duração. Se hoje o sistema de perícias médicas do Estado já se encontra sobrecarregado pela falta de pessoal e de investimento, se tornará ainda mais lento prejudicando ainda mais os servidores. Em vez de o governo Doria investir nas condições de trabalho dos servidores para que não adoeçam, cria novos obstáculos para que possam cuidar da saúde.
- ➔ Extingue as seis faltas abonadas anuais a que os servidores públicos têm direito
- ➔ Diminui de 30 para 15 dias o número de dias necessários para que o servidor incorra em inassiduidade, que pode levar à sua demissão, no caso de não retornar ao trabalho após o término de uma licença-saúde ou se ela tiver sido indeferida
- ➔ Mantém a licença-prêmio, mas, em primeiro lugar, adequa suas disposições ao fim das faltas abonadas, e depois, reduz o número de faltas em cinco anos para que o servidor perca o direito de gozá-la das atuais 30 faltas para 25
- ➔ Tira a necessidade de que, para que a inassiduidade seja conduta disciplinar apenável, haja 45 faltas interpoladas durante um ano, passando a defini-la como apenável quando há mais do que 15 faltas injustificadas consecutivas ou 20 interpoladas em um ano

NÃO PODEMOS PERMITIR QUE A ALESP APROVE ESTE PROJETO. BASTA!

Por isso, convocamos todos e todas para a mobilização. Nas ruas e na luta em defesa da nossa dignidade:

➔ **Dia 18/8** – Dia Estadual de Paralisação dos Servidores Públicos Manifestação a partir das 15 horas na Praça da República – com caminhada pelo centro da cidade até a Praça Clóvis.

Contra a PEC 32 (reforma administrativa de Bolsonaro), contra o PLC 26 de Doria.

Pelo descongelamento salarial. Por 29,25% para que nossos salários se equiparem ao piso nacional.

Vamos levar às ruas também o nosso protesto contra o sucateamento e o aumento das contribuições para o IAMSPE e a luta pelo fim do confisco salarial de aposentados e pensionistas.

➔ **Dia 24/8** – 13 horas – mobilização na Assembleia Legislativa contra o PLC 26, contra a PEC 32, em defesa do IAMSPE, pelo fim do confisco salarial de aposentados e pensionistas – pelo reajuste salarial imediato.

■ Outros encaminhamentos:

Vamos realizar a Operação Caça Doria, nos manifestando em todas as regiões do estado de São Paulo. Onde estiver o governador e seus secretários, lá estarão os professores e os demais servidores públicos para exigir a retirada do PLC 26 da pauta da Alesp.

Como resultado da audiência pública, as entidades estabeleceram a articulação de seus departamentos jurídicos para estudar a fundo e propor as medidas judiciais cabíveis.

Todas as subsedes devem imediatamente organizar reuniões com as demais entidades em suas regiões para organizar a participação na mobilização estadual e realizar mobilizações regionais.

Também realizar manifestações nas residências dos deputados estaduais, sobretudo da base do governo Doria, para dialogar e pressionar pela retirada e rejeição deste projeto.